



Genildo Magalhães/Senado Federal



Walter Pinheiro acredita que plano plurianual será votado no início de dezembro

Orçamento de R\$ 2,2 trilhões será analisado hoje

Relatório preliminar do deputado Arlindo Chinaglia à proposta orçamentária para 2012 está entre os 13 itens da pauta que serão examinados em reunião da Comissão Mista de Orçamento

Além do Orçamento para o próximo ano, a CMO também deve analisar o relatório preliminar ao Plano Plurianual 2012-2015 – com

gastos previstos de R\$ 5,4 trilhões – e autorizações para abertura de crédito a vários ministérios. Entre eles, Fazenda, Planejamento, Transportes e Justiça. **3**

Senadores desejam a Lula rápida recuperação

Parlamentares se solidarizaram com o ex-presidente da República, que ontem iniciou tratamento contra câncer na laringe com quimioterapia e radioterapia. **7**

Plano Amazônia Sustentável é cobrado em debate **4**



especial
Cidadania

O programa federal de habitação popular Minha Casa, Minha Vida tem o FGTS como principal fonte de recursos

Jorge Condéiro/Agcom-BA

FGTS pode ganhar novas possibilidades de saque

Senado e Câmara analisam projetos para que o fundo possa ser movimentado, por exemplo, para tratamento

de infertilidade e para pagamento de matrícula e mensalidades em cursos de nível superior. **8**

Regulamentação da Emenda 29 aguarda pauta ser liberada

A sessão plenária de ontem, apesar de ter sido deliberativa (em razão do feriado de amanhã), não teve votações por falta de quórum. Duas MPs trancam a pauta. **2**

Grupo viaja para conhecer ação antidrogas da Europa **3**



Lia de Paula/Senado Federal

Observado por Paulo Paim (C), o relator na Comissão de Meio Ambiente, Jorge Viana, diz que é preciso ouvir também o governo e os deputados sobre modificações no projeto aprovado pela Câmara

CNBB e entidades sociais propõem mudanças no projeto de Código Florestal

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidades indígenas, ambientalistas e representantes de

movimentos rurais cobraram ampliação do debate e propuseram mudanças no projeto de Código Florestal para restringir

atividades em áreas de preservação. Todos defenderam tratamento diferenciado apenas para agricultura familiar. **5**

Sessão deliberativa de ontem não teve votação porque não houve quórum para apreciar duas medidas provisórias que obstruem pauta do Senado

Com pauta trancada, regulamentação da Emenda 29 precisa esperar

APESAR DE DELIBERATIVA (em razão do feriado de amanhã), a sessão plenária de ontem não teve votações. Motivo: a pauta está trancada por duas medidas provisórias lidas no Plenário na quinta-feira para as quais ontem não houve quórum de votação.

Além das duas MPs, a pauta de hoje inclui 24 requerimentos, dois projetos de decreto legislativo e seis projetos de lei, além do substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto que regulamenta a Emenda 29.

Tramitando em regime de urgência no Senado após passar três anos na Câmara, a proposta de regulamentação da Emenda 29 estabelece valores mínimos

a serem aplicados anualmente pela União, pelos estados e pelos municípios em saúde pública.

Os estados, por exemplo, deverão investir 12% da receita corrente bruta. Os municípios, 15%.

Caso não cumpram a regra, estado ou município poderão deixar de receber verbas federais.

O projeto regulamenta, ainda, quais despesas podem ser consideradas de saúde para estados, municípios e União atingirem os percentuais definidos pela Emenda 29.

O texto foi aprovado pela Câmara em setembro, mas teve alterações que justificaram a volta para o Senado, onde será votado novamente.

Naquela Casa, foi rejeitada a

ideia de criar uma contribuição tributária para o setor nos moldes do que foi a CPMF.

A primeira MP que tranca a pauta do Senado (539/11) institui a cobrança do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) sobre operações de contratos derivativos vinculados à taxa de câmbio do dólar.

A medida tem o objetivo de conter a especulação cambial com uma cobrança de até 25%.

Os contratos de derivativos se baseiam na variação futura do preço de determinado bem ou taxa sem implicar sua entrega efetiva.

O mercado agropecuário é o maior usuário de derivativos, justamente porque as variações de preços são imprevisíveis e, muitas vezes, bruscas.

A intenção do governo é barrar a ação de especuladores que fazem contratos derivativos para ganhar com a valorização do real ao apostar na queda do dólar no mercado futuro.

Mudança feita na Câmara permite que os exportadores descontem o IOF pago nas operações de derivativos com o valor devido em outras operações nas quais esse tributo incide.

Se houver sobra de crédito, ela pode ser compensada com outros impostos devidos à Receita Federal.

A justificativa é que os ex-

A primeira MP que tranca pauta trata do IOF; a segunda é sobre o Fundo de Financiamento à Exportação

Sancionado aumento da bolsa de residentes

A presidente Dilma Rousseff sancionou na sexta-feira a lei que aumenta a bolsa mensal paga aos médicos residentes, de R\$ 1.916,45 para R\$ 2.384,82. O reajuste de 24,4% foi originalmente concedido pela Medida Provisória 521/10, que perdeu a validade por não ter sido votada a tempo pelo Congresso. O aumento foi reinstituído com a edição, em junho, da MP 536/11, transformada na Lei 12.514/11.

No Senado, a oposição se declarou contra a constitucionalidade da MP, apesar de ressaltarem seu apoio ao aumento. Eles argumentaram que, de acordo com a Constituição, é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de MP que tenha sido rejeitada ou perdido sua eficácia por decurso de prazo.

A nova lei também institui, devido a alteração feita na Câmara, regras e limites para cobrança de anuidade pelos conselhos profissionais.

Davim sugere "pacote de bondades" para área da saúde

Uma medida provisória com um "pacote de bondades" destinando mais recursos públicos para a saúde, área que recebe menos recursos do que deveria. Essa foi a sugestão de Paulo Davim (PV-RN) ao governo federal.

Para o senador, o governo deveria tributar os cigarros e as bebidas, destinando à saúde a arrecadação extra, além de 15% do valor arrecadado com as multas de trânsito e percentual do montante obtido com a exploração de petróleo na camada pré-sal.

Outra providência seria a criação de programa de política de recursos humanos para a saúde, com a criação de carreira de Estado específica.

Entre todos os problemas da saúde pública brasileira, o primeiro e mais grave é o subfinanciamento, na opinião do senador. Contribuem ainda para o caos a gestão – que precisa ser profissionalizada,



Produtos agrícolas são preparados para embarque no Porto de Paranaguá: medida provisória incentiva pequenos exportadores

Porto de Paranaguá e Antonina

portadores recorrem aos derivativos para se proteger de possíveis quedas do dólar no futuro, quando receberão efetivamente o pagamento pelo bem exportado.

Essa medida provisória sofreu mudanças na Câmara e chegou ao Senado como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 26/11. Deve ser votada até 28 de novembro para não perder a validade.

Pequenas empresas

A outra medida provisória que tranca a pauta é a 541/11, que chegou ao Senado como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 28/11. Ele cria o Fundo de Financiamento à Exportação para atender às micro, pequenas e médias empresas exportadoras com empréstimos a juros subsidiados pela União.

O prazo final da vigência é 30 de novembro.

O texto inclui no fundo os fabricantes de equipamentos e insumos de reabilitação e acessibilidade e os produtores de fertilizantes e agrotóxicos.

O texto original da medida provisória, que integra o Plano Brasil Maior, já incluía o setor de autopeças.



Wladimir Barreto/Senado Federal

Má gestão não explica situação da saúde pública nacional, diz senador

competente e austera – e a ausência de políticas de recursos humanos, que não estimulam a identificação dos profissionais com seu local de trabalho e não garantem justa remuneração.

– Não adianta justificar o estado da saúde pública do Brasil apenas pela má gestão. O principal problema é o subfinanciamento – insistiu o senador, apontando que o país investe na área menos que outros países da América do Sul.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão deliberativa

14h A sessão plenária é deliberativa. A pauta está trancada pelos PLVs 26/11 e 28/11, que tratam, respectivamente, de autorização para o Conselho Monetário Nacional estabelecer condições específicas para negociação de contratos e de constituição de fonte adicional de recursos para o BNDES.

Presidência Comando das votações

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária.

CMA APA da Serra da Canastra

8h30 Audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com o objetivo de instruir o projeto que cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra. Entre os convidados, o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Rômulo José Fernandes Barreto Mello.

CDH Planos corporativos de saúde

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza audiência pública para debater a manutenção dos planos de saúde corporativos após o término do contrato de trabalho. Entre os convidados, os presidentes do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, e da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, Denise Rodrigues Eloí de Brito.

CAE Bancos cooperativos e FAT

10h Na pauta de 16 itens da Comissão de Assuntos Econômicos, consta projeto que autoriza o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT).

CMO Relatório preliminar do Orçamento

10h A Comissão Mista de Orçamento deve examinar, no Plenário 2 da Câmara, os relatórios preliminares da proposta orçamentária para 2012 e do Plano Plurianual 2012-2015, além de projetos que autorizam créditos para vários ministérios.

CDR Dedução no Imposto de Renda

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo vota, entre outras matérias, projeto que permite a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda, das contribuições e doações efetuadas ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

CMMC Agricultura de baixo carbono

14h O Plano de Agricultura de Baixo Carbono, bem como as ações que visem alcançar os objetivos estabelecidos na Política Nacional sobre Mudança do Clima, são tema de audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Participam do debate o professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) Eduardo Viola e representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Wellington Dias/Senado Federal

Wellington Dias e parlamentares visitam países europeus até o dia 5

Grupo conhece experiências contra drogas

Um grupo de parlamentares está na Europa para conhecer experiências que possam auxiliar o Brasil na formulação de políticas públicas de enfrentamento às drogas. A iniciativa é da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros.

Os parlamentares vão conhecer os métodos de prevenção, tratamento, acolhimento e reinserção social dos usuários de drogas de cada país visitado. Eles também querem conhecer legislações, sistemas de financiamento, entre outros.

– A viagem subsidiará a organização de uma conferência nacional sobre o tema – disse o presidente da subcomissão, Wellington Dias (PT-PI).

O grupo é integrado pelos deputados Iracema Portella (PP-PI), Givaldo Carimbão (PSB-AL) e Rosane Ferreira (PV-PR); e pela secretária de Trabalho e Assistência Social de Mato Grosso do Sul, Tania Garib. Ontem a comissão esteve em Estocolmo, Suécia. Ainda devem ir a Haia (Holanda), Londres (Inglaterra) e Lisboa (Portugal). Eles retornam ao Brasil no sábado.

Relatórios preliminares de Chinaglia para a proposta orçamentária de 2012, no valor total de R\$ 2,23 trilhões, e de Walter Pinheiro para o PPA 2012-2015 estão entre os 13 projetos na pauta de hoje da Comissão de Orçamento

Orçamento, plano plurianual e créditos para ministérios estão na pauta da CMO

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) tem 13 projetos na pauta de hoje. Entre eles, o PL 29/11, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, e o PL 28/11, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (Orçamento).

Além dos relatórios preliminares dessas duas matérias, os parlamentares devem analisar propostas que autorizam a abertura de créditos adicionais para vários ministérios, entre eles os da Fazenda, do Planejamento, dos Transportes e da Justiça.

A proposta orçamentária tem o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) como relator. Foram recebidas 283 emendas, boa parte delas referentes a reajustes para servidores do Judiciário e do Ministério Público da União. O relator opinou pela aprovação parcial de 32 e total de três delas.

O valor total da proposta orçamentária para 2012 é de R\$ 2,23 trilhões. Dessa vez, foi prevista a apresentação de emendas de iniciativa popular, reservando recursos adicionais de R\$ 300 mil a R\$ 600 mil – a serem repassados mediante transferência direta às prefeituras – para projetos de melhoria urbana em municípios de 5 mil a 50 mil habitantes.

Plano plurianual

O PPA 2012-2015, por sua vez, tem Walter Pinheiro (PT-BA) como relator. Das 27 emendas recebidas, ele opina pela rejeição de 25.

O planejamento governamental para os próximos quatro anos aponta para dispêndios superiores a R\$ 5,4 trilhões, o que representa incremento de 38% em relação ao PPA 2008-2011.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano Brasil Sem Miséria são prioridades da administração pública federal e terão tratamento diferenciado durante a execução do PPA. O relatório de Walter Pinheiro trabalha com quatro grandes áreas que agregam todos os 65 programas temáticos: Social (25 programas), Infraestrutura (15), Desenvolvimento Produtivo e Ambiental (17) e Especiais (8).

O Congresso Nacional deve examinar o PPA até o fim da sessão legislativa de 2011 (22 de dezembro).

PPA 2012-2015

- ▶ Dispendios superiores a **R\$ 5,4 trilhões**, o que representa incremento de **38%** em relação ao PPA 2008-2011
- ▶ **PAC e Plano Brasil Sem Miséria** terão tratamento diferenciado
- ▶ **65 programas temáticos** com quatro grandes áreas:
 - Social (25)**
 - Infraestrutura (15)**
 - Desenvolvimento Produtivo e Ambiental (17)**
 - Especiais (8)**



Lia de Paula/Senado Federal

Senador Walter Pinheiro apresenta o relatório preliminar do PPA 2012-2015

Destino das verbas

Os projetos de abertura de créditos adicionais na pauta da Comissão Mista de Orçamento são os seguintes

- PL 5/11** R\$ 24,3 mi em favor do **Ministério das Comunicações**
- PL 7/11** R\$ 19,2 mi em favor do **Ministério da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** e do **Ministério do Turismo**
- PL 8/11** R\$ 90,9 mi em favor do **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**
- PL 14/11** R\$ 445,6 mi em favor de **empresas estatais**
- PL 15/11** R\$ 16,5 mi em favor do **Ministério da Justiça** e do **Ministério da Defesa**
- PLs 12/11 e 19/11** em favor do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, nos valores de R\$ 2,3 mi e R\$ 300 mi, respectivamente
- PL 23/11** R\$ 1,12 bi em favor de **empresas estatais**
- PLs 24/11 e 26/11** em favor do **Ministério dos Transportes**, nos valores de R\$ 300 mil e R\$ 71,7 mi, respectivamente
- PL 27/11** R\$ 73,6 mi, em favor do **Ministério da Educação**

Escolha o meio. A gente entrega a mensagem.

Quer ficar por dentro de tudo o que acontece no Senado? A qualquer hora e em qualquer lugar? Então leia o **Jornal do Senado**. Além da versão impressa, você também pode acessar a versão na internet e seguir o Twitter. Ou receber a *newsletter* do jornal no seu *e-mail*, cadastrando-se no portal de notícias do Senado. O que importa é saber de maneira clara e imparcial tudo o que as decisões dos senadores têm a ver com a sua vida. Dia após dia.



Secs | Supres - Criação e Marketing | Foto: Cláudio Medeiros



Twitter: @jornaldosenado | www.senado.gov.br/jornal



Especialistas e estudantes participaram com senadores e deputados do debate, que aconteceu em feriado estadual

Debatedores cobram Plano Amazônia Sustentável

Participantes do 5º Simpósio Amazônia apresentam propostas para o desenvolvimento da região e defendem instalação do Plano Amazônia Sustentável, lançado em 2008

O PREÇO DA sustentabilidade é a eterna vigilância. Essa paráfrase da máxima do escritor Aldous Huxley foi usada ontem no 5º Simpósio Amazônia, em Manaus, pelo secretário de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Sérgio Braga. Senado e Câmara dos Deputados se uniram por meio da Subcomissão da Amazônia, presidida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e da Comissão da Amazônia, presidida pelo deputado Gladson Cameli (PP-AC), para realizar um debate preliminar ao que acontecerá no próximo dia 8, em Brasília.

– Hoje o Brasil é mundialmente conhecido pela Amazônia e não pelo futebol. Precisamos tirar mais proveito disso. Patentear a marca, a exemplo do que os franceses fizeram com o Champagne”, disse a senadora.

O tema da conferência foi

“Uma visão jovem para o futuro sustentável da região” e atraiu estudantes, mesmo numa manhã de feriado estadual.

– Gostei muito das palestras a que assisti aqui hoje. Elas me forneceram informações relevantes e muito atuais sobre a potencialidade de nossa região – disse o estudante de Odontologia Vitor Castro, da Universidade Estadual do Amazonas.

Atualização de dados

A sustentabilidade da Amazônia é conceito presente já no Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em 2008 pelo governo federal. Reuniões como a de ontem são fundamentais para a execução do PAS e a atualização de seus dados.

O secretário de Produção Rural do Amazonas, Eron Bezerra, apresentou exemplos práticos da atuação de sua secretaria, que alia os fundamentos de uma política sustentável baseada na

disseminação da policultura, da sustentabilidade ambiental, da contemporaneidade científica e tecnológica, da eficiência econômica e da justiça social.

O especialista Aroudo Mota, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostrou dados sobre desmatamento e o valor de algumas riquezas naturais, como o estoque de carbono, que equivale a US\$ 379 bilhões, ou a água encontrada no subsolo da região, que equivale a US\$ 1,93 quatrilhão, nos cálculos do pesquisador.

Os participantes confirmaram o conceito de que o PAS precisa sair do papel e de que também é preciso agregar valor aos produtos da região. Sugestões como a criação de uma taxa internacional de compensação ambiental e a regulamentação do mercado do carbono também foram recebidas com bons olhos pelos participantes do 5º Simpósio Amazônia.

Delcídio quer valorizar trabalho das comissões permanentes

Delcídio do Amaral (PT-MS) vai apresentar requerimento para que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) concentre os debates sobre temas importantes, como a nova redistribuição do Fundo de Participações dos Estados (FPE), e não sejam criadas comissões especiais com esse objetivo. O senador preside o colegiado e salientou a necessidade de valorizar os debates nas comissões temáticas.

– O lugar onde nós senadores temos condições de debater os grandes temas nacionais são as comissões permanentes – disse o parlamentar.

Pacto federativo, cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as importações e percentuais para o pagamento da dívida dos estados com a União também estão entre os assuntos que Delcídio quer ver debatidos na CAE.

Para o senador, os colegas precisam valorizar as comissões permanentes, já que em Plenário quase sempre se votam somente medidas provisórias e os senadores ainda devem obedecer à “ditadura dos líderes”.

Delcídio anunciou ainda que apresentará projeto para



Senador é contra a multiplicação de comissões especiais no Senado

modificar a cobrança de impostos no comércio eletrônico. Hoje, eles são recolhidos no local onde está a sede da empresa vendedora. Pela proposta, o recolhimento seria feito no destino.

Alvaro Dias: infraestrutura é desafio estratégico

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que os gargalos logísticos e a deficiência em infraestrutura no Brasil devem ser tratados como desafio estratégico, já que o investimento nessa área induz ao crescimento econômico e contribui para a distribuição de renda.

Para o senador, a incapacidade do governo, gerencial ou de investimento, dificulta a superação dos entraves. Em



Parlamentar cobra melhor eficiência

sã consciência, disse ele, poucos negariam a importância, por exemplo, da concessão de serviços públicos em infraestrutura e energia como forma de aumentar investimentos e melhorar a eficiência.

Explorar petróleo exige qualificação, ressalta Maldaner

Casildo Maldaner (PMDB-SC) apontou a necessidade de investimento na preparação de mão de obra qualificada para a exploração de petróleo no Brasil. A questão, argumentou, ganhou mais importância após a autossuficiência brasileira alcançada há poucos anos, as sucessivas crises do petróleo desde a década de 1970 e o atual endividamento mundial.



Maldaner elogia curso iniciado em SC

Santa Catarina, assinalou, já está dando essa contribuição, pois iniciou o curso de Engenharia de Petróleo, com 40 vagas por semestre, na cidade de Camboriú.

Eleição do Confea tem destaque de Sérgio Souza

Sérgio Souza (PMDB-PR) lembrou que a eleição da nova diretoria-geral do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), no próximo dia 8, ocorre no momento em que se discutem os investimentos que elevarão o Brasil ao patamar de sexta economia mundial.

Nesse contexto, afirmou, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016



Senador lembra demanda por obras

apontam para a importância de o país estar capacitado para realizar as obras com planejamento metódico e fiscalização. O senador lembrou a demanda existente em construção, logística e transporte, entre outras.

Rolleberg comemora lei que cria o Pronatec

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) comemorou em Plenário, ontem, a sanção, pela presidente Dilma Rousseff, da lei que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec).

O programa prevê que alunos da rede pública façam curso técnico, em turno complementar. A medida também vai atender a trabalhadores que terminaram o ensino médio,



Rolleberg: medida sem precedentes

mas desejam fazer curso técnico em instituição privada.

O senador destacou que o programa deve gerar cerca de 8 milhões de vagas na educação profissional até 2014.

Walter Pinheiro: ponte sobre Baía de Todos os Santos será vetor econômico

A ponte sobre o rio Negro, em Manaus, inaugurada na semana passada com a presença da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula, é um vetor de desenvolvimento para a região amazônica, assim como a ponte que ligará Salvador à ilha de Itaparica e será construída sobre a Baía de Todos os Santos. O registro foi feito pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA), segundo o qual a ponte que será construída na

Bahia a partir de 2014 terá quase 12 quilômetros e vai custar cerca de R\$ 7 bilhões à iniciativa privada, ao governo do estado e à União.

De acordo com o senador, a obra vai marcar o quilômetro zero da BR-242, ligando Salvador ao sul do estado e ao Centro-Oeste, possibilitando a “capilarização” do desenvolvimento econômico na região e dinamizando até mesmo o centro antigo de Salvador.

Anibal Diniz afirma que obras na BR-364 marcam a integração definitiva do Acre

Anibal Diniz (PT-AC) anunciou ontem que o trecho da rodovia BR-364 no Acre, entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, não será mais fechado ao tráfego durante a estação chuvosa. Ele elogiou a “atitude de extrema ousadia” do governador Tião Viana ao conduzir as obras que permitiram a trafegabilidade, salientando as novas oportunidades de desenvolvimento.

– Isso marca a integração definitiva



Anibal Diniz

do Acre – declarou o senador. O parlamentar afirmou que as obras na rodovia, que incluem a construção de uma sequência de pontes, resultam de 12 anos de esforços contínuos do governo do Acre, “mesmo enfrentando dificuldades políticas, financeiras e de engenharia”.

Anibal Diniz espera que a pavimentação do trecho da rodovia BR-364 no Acre seja concluída em 2012.

Relator na CMA, Jorge Viana aponta necessidade de entendimento com a Câmara e o governo sobre mudanças no projeto de Código Florestal



José Batista de Oliveira (E), senadores Jorge Viana e Paulo Paim, dom Leonardo Steiner e Raul do Valle: entidades do Comitê Brasil em Defesa das Florestas querem restringir atividades em áreas de preservação

Fotos de Lia de Paula/Senado Federal

CNBB, índios e pequeno produtor pedem mudanças

A CONFERÊNCIA NACIONAL dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras entidades que integram o Comitê Brasil em Defesa das Florestas apresentaram ontem aos senadores sugestões ao projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11), para restringir atividades em áreas de preservação permanente (APPs) e de reserva legal.

A principal modificação sugerida diz respeito a artigo do projeto que autoriza a manutenção

de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e de turismo rural existentes em APPs até 22 de junho de 2008 – data da edição do Decreto 6.514/08, que determina punições para crimes contra o meio ambiente.

Para Raul do Valle, do Instituto Socioambiental (ISA), a data é “inconcebível”, uma vez que a última modificação na delimitação de APPs foi em 1986. Ele propôs que, pelo menos, seja

acolhida emenda de Aloysio Nunes (PSDB-SP), apresentada quando da tramitação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), estabelecendo como marco temporal o dia 24 de agosto de 2001, data da edição da Medida Provisória 2.166-67, que alterou regras para áreas protegidas.

A emenda foi rejeitada pelo relator na CCJ, Luiz Henrique (PMDB-SC). Atualmente, o projeto

tramita nas comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e Agricultura (CRA), onde também é relatado por Luiz Henrique. Na semana passada, o senador apresentou seu substitutivo nessas comissões e manteve 2008 como marco temporal para a regularização de atividades em APPs.

Segundo Raul do Valle, sob argumentos em defesa de cultivos históricos, como de café, em Minas Gerais, e de uva, no sul do

país, poderão ser consolidadas atividades insustentáveis, como as pastagens nas margens de rios e morros.

O dirigente do ISA também rebateu argumento relacionado ao custo da recuperação das APPs, citando pesquisas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP) que indicam práticas simples de recuperação da vegetação, a partir do isolamento da área desmatada.

Jorge Viana propõe que Senado e Câmara se entendam sobre texto

Ao comentar as mudanças que pretende fazer no projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11), Jorge Viana (PT-AC) – relator da matéria na Comissão de Meio Ambiente – disse que será necessário um entendimento entre deputados e senadores para que as alterações sejam mantidas quando o texto retornar à Câmara dos Deputados.

– Temos de contar com o apoio e o envolvimento da maioria da Câmara, que terá a última palavra aqui no Congresso – afirmou o senador, ontem, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Blairo Maggi (PR-MT) fez comentário semelhante. Ele disse que, “se o Senado jogar fora o que a Câmara fez anteriormente e mandar para aquela Casa algo totalmente diferente, o projeto não vai passar”.

Blairo afirmou que é necessário negociar também com o governo, que pode sancionar ou vetar o texto. Para evitar problemas, Jorge Viana disse que tem havido

encontros com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Mudanças

Jorge Viana disse que, como relator, um dos itens que pretende mudar se refere às cidades. Segundo ele, quando o atual Código Florestal foi instituído, em 1965, o Brasil ainda era um país rural. Hoje é predominantemente urbano.

Ele reconheceu ser necessário lidar com questões como os desastres naturais e as áreas de risco. Em janeiro, a então senadora Marina Silva disse que o projeto discutido na Câmara dos Deputados institucionalizaria o risco de desastres naturais, como o que aconteceu no Rio de Janeiro no início do ano.

Jorge Viana disse que seu relatório terá a participação de Luiz Henrique, relator da matéria em outras duas comissões – da mesma forma que ele participará do relatório de Luiz Henrique. Casildo Maldaner (PMDB-SC) apoiou o entendimento entre os relatores.

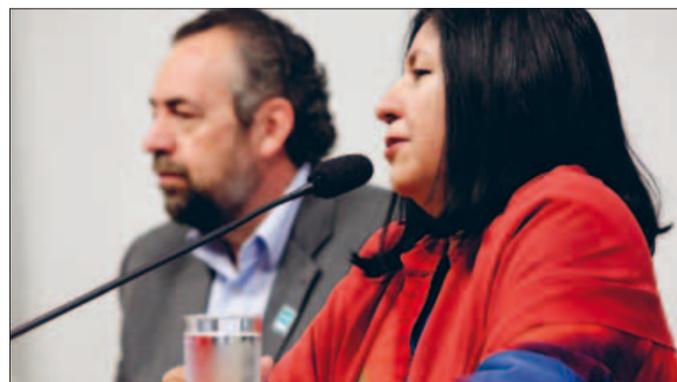
Comunidades indígenas querem ser ouvidas

Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Rosane de Mattos disse que os indígenas também precisam ser ouvidos, para que não se faça com pressa “uma lei que deixe de fora populações que parecem estar invisíveis ao Estado”. No mesmo sentido, o senador Vicentinho Alves (PR-TO) relatou preocupação das comunidades indígenas cujas áreas são cortadas pelo rio Xingu, uma vez que as nascentes ficam fora da reserva. Já o representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, denunciou a invasão por madeireiros, no Maranhão, das terras onde vivem os awá guajá, que estariam “sendo caçados”.

Um tratamento diferenciado para a agricultura familiar foi defendido por todos os convidados.

Dom Leonardo Steiner lembrou preocupação da CNBB com esse segmento. José Batista de Oliveira, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina, enfatizou que a preservação de florestas não conflita com a produção de alimentos. Blairo Maggi (PR-MT)

reafirmou sua defesa dos pequenos produtores, mesmo que em áreas de preservação. Para Raul do Valle, o tratamento diferenciado deveria ser restrito aos agricultores familiares e não a todas as propriedades com até quatro módulos fiscais, como prevê o projeto.



Mario Mantovani e Rosane de Mattos falam pelos comitês de bacia e pelos índios

Economia não pode ficar acima do ambiente, diz bispo

Na audiência, o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Leonardo Steiner, disse que as áreas de preservação permanente (APPs) são essenciais para evitar enchentes e deslizamentos de terras e para reduzir os efeitos de desastres climáticos. Ele disse esperar que, no novo Código Florestal, a agenda econômica não fique acima da ambiental.

– A natureza tem reclamado desse modo de exploração. Não é por nada que temos tido no Brasil tantas enchentes, inundações e encostas descendo – disse Steiner.

Representante da organização SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani defendeu a participação dos comitês de bacias hidrográficas – compostos por membros do governo e da sociedade

civil – nas discussões sobre o Código Florestal.

Mantovani argumentou que não se deve regularizar a ocupação de margens de rios quando for possível recuperar esses locais e que “as conquistas da Lei da Mata Atlântica deveriam ser levadas para o Código Florestal”. Essa lei trata da utilização e da proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica.

Senador elogiou Aldo Rebelo, que ontem ocupou lugar de Orlando Silva, e disse que aos poucos a presidente Dilma vai deixando a Esplanada dos Ministérios com o estilo dela

Novo ministro do Esporte é respeitável, afirma Russo

O SENADOR ANTONIO Russo (PR-MS) afirmou, em discurso, que foi acertada a escolha do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) para ocupar o Ministério do Esporte.

O novo ministro, que tomou posse ontem, foi definido pelo senador como “político respeitável e homem correto”.

– Ele terá a estatura do desafio que se apresenta ao nosso país – disse o senador, referindo-se ao fato de que o Brasil vai sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Aldo Rebelo foi escolhido para suceder Orlando Silva, que deixou o Ministério do Esporte sob a acusação de participar de um esquema de verbas públicas. Orlando, porém, sempre se disse inocente.

Antonio Russo elogiou a conduta de Aldo Rebelo como relator do Código Florestal (PLC 30/11) na Câmara dos Deputados. Segundo o senador, Aldo se portou com equilíbrio e com tolerância ao contraditório.

– Ele é daqueles homens pú-



Russo diz que Aldo agiu com equilíbrio como relator do Código Florestal

blicos que mostram um grande senso de brasilidade, com especial senso de justiça – afirmou.

O senador também elogiou a presidente Dilma Rousseff, que, segundo ele, vem aos poucos imprimindo seu estilo na Esplanada dos Ministérios. Para ele, o povo brasileiro está

aplaudindo a presidente pela sua capacidade de transformar o governo sem rupturas.

– A base aliada continua sólida e vai seguir trilhando o caminho da construção de um Brasil moderno e avançado – afirmou.

Lula

O senador aproveitou o discurso para manifestar solidariedade ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi diagnosticado com câncer de laringe. Ele elogiou o carisma e a capacidade de superação de Lula e fez votos de “pronta recuperação”.

Antonio Russo também falou do Ano Internacional da Química e da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que mereceram uma sessão especial na terça-feira passada.

Afirmou que a química tem grande importância na produção agropecuária do Brasil.

– As pessoas em geral não têm consciência de que a química está em todos os setores da sociedade – disse o senador.

Para Cyro Miranda, Haddad deve se demitir por falhas no Enem

Em razão do vazamento de questões do último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que, se fosse ministro da Educação ou presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), pediria demissão do cargo.

O senador afirmou que o Enem foi apelidado de “Vexame Nacional do Ensino Médio”.

– O filme a que o Brasil come-

çou a assistir com a aplicação do Enem 2011 já é conhecido por todos. Tem sido reprisado sistematicamente ao nos últimos anos. Já ganhou o nome bastante popular e tende a transformar-se num movimento nacional: “enganados”.

Para o senador, o problema não está na função do Enem, que se tornou uma alternativa ao vestibular para inúmeras universidades. O problema estaria nos “erros indefensáveis” e na proteção que se faz do ministro Fernando Haddad.

– Vai ser um jogo de empurra-empurra para tentar fazer a corda arrebentar do lado mais fraco. Tentarão blindar o ministro Haddad e levar para a força apenas a presidente do Inep, Malvina Tania Tuttman – considerou.

Em seu discurso, Cyro Miranda desejou sucesso ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua luta contra o câncer.



Cyro Miranda diz que vazamentos no Enem são “erros indefensáveis”

Alvaro lembra aniversário de Carlos Drummond

Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que ontem foi o 109º aniversário de nascimento do poeta e cronista Carlos Drummond de Andrade (1902-1987).

O senador disse que o poeta era irônico e cético. Depois, descreveu sua trajetória na imprensa – no *Diário de Minas*, no *Correio da Manhã* e no *Jornal do Brasil*, onde teve uma célebre coluna de versos e crônicas.

– Drummond deixou o plano terreno em 17 de agosto de 1987, mas, fiel aos seus próprios ensinamentos, tratou de entender que a vida é uma ordem. Por mérito, eternizou-se na literatura, sendo hoje merecedor de perfilar na galeria dos grandes poetas brasileiros.

Nascido na cidade mineira de Itabira, o escritor viveu a maior parte de sua vida no Rio. Foi servidor público. No governo Vargas, foi chefe de gabinete do ministro da Educação Gustavo Capanema.

Ângela Portela pede proteção para comunidades indígenas

A senadora Ângela Portela (PT-RR) pediu mais atenção às ameaças à integridade dos povos indígenas em Roraima, especialmente as comunidades ianomâmi e yekuana.

Em maio passado, lembrou a senadora, denunciou “invasão de garimpeiros na região”. Destacou ainda que o programa *Fantástico*, da TV Globo, já abordou o assunto, mostrando as atividades do garimpo ilegal na região e suas consequências para os indígenas e o meio ambiente.

Por meio de ofícios encaminhados à Fundação Nacional do Índio (Funai), ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal, Ângela Portela disse ter relatado situação em Roraima. As respostas, afirmou ela, asseguram que medidas estão sendo tomadas para retirar os invasores e responsabilizá-los por danos cometidos.

A senadora ressaltou, no entanto, que em audiência pública sobre a questão indígena realizada na Câmara dos Deputados, na última

quinta-feira, autoridades ligadas à área falaram que faltam recursos para ações desse tipo.

– Não é operação esporádica, como explosão de pistas de pouso, que vai repelir os invasores – disse.

Ângela Portela enfatizou que a região amazônica é uma das mais ricas do mundo em biodiversidade e minérios e que a busca pela riqueza deve levar em conta os riscos para a vegetação e a água e o interesse das comunidades indígenas da região.



Para a senadora, exploração deve preservar vegetação, água e índios

CPI do Ecad visa modernizar direito autoral, diz Lídice

Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou em discurso ontem que o objetivo da CPI que investiga a atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) não é “demonizar” a entidade, e sim modernizar a lei de direito autoral do país (Lei 9.610/98). A senadora, integrante da comissão, participou de audiência pública sobre o tema, na Assembleia Legislativa da Bahia, na quinta-feira.

– Há uma sensação de que se inicia conversa entre todos os segmentos da criação cultural, o que pode, sem dúvida, ser significativo de que a CPI ajude a criar ideias que modifiquem a lei que rege o direito autoral no Brasil – observou.

Para ela, a grande polêmica na CPI é se o Estado deve fiscalizar as ações do Ecad, como sociedade de direito privado.

– Vamos evoluir, quem sabe, para no futuro termos uma legislação que garanta a reconstituição de um conselho nacional de defesa do direito autoral que possa atuar

juntamente com as entidades que representam os compositores e músicos deste país.

Participaram da audiência artistas do estado, como Durval Lelys, Valter Queiroz, Carlos Capinan, Tonho Matéria e Walmir Lima. Também compareceram o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o secretário de Cultura da Bahia, Albino Rubim; o representante do Ecad, Gabriel Valois; e o presidente da Associação das Rádios Públicas do Brasil, Mário Sartorello.



Senadora relata participação em audiência pública sobre o tema

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Ângela Portela • Walter Pinheiro • Acir Gurgacz • Anibal Diniz • Paulo Paim

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Lula recebe solidariedade de senadores

A notícia de que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi diagnosticado com câncer na laringe teve grande repercussão no Plenário ontem. O presidente da Casa, José Sarney, divulgou nota ainda no sábado, quando a informação foi divulgada. "Lula é um lutador, já venceu muitas batalhas e vencerá mais esta. Espero que com a ajuda de Deus e o pensamento solidário de todos nós em breve estará recuperado. Lula é muito necessário ao país e a todos os brasileiros",

diz o texto. Ontem mesmo o ex-presidente deu início ao tratamento com quimioterapia e radioterapia. O tumor encontrado é do tipo mais comum para a laringe. A biópsia indicou que tem cerca de três centímetros, agressividade média e estágio de desenvolvimento relativamente inicial, de acordo com a equipe médica que acompanha Lula no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. O tratamento prevê três sessões de quimioterapia até dezembro e uma de radioterapia em janeiro.



Acompanhado de Marisa Leticia, ex-presidente Lula chega ao hospital para iniciar tratamento contra câncer na laringe

Divulgação/Instituto Lula

Romero Jucá registra apoio do povo de Roraima



Waldemir Barreto/Senado Federal

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que também exerceu a função durante a administração Lula, disse que, nesse fim

de semana, pôde perceber o sentimento de solidariedade ao ex-presidente por parte da população de seu estado.

– O que podemos fazer efetivamente é formar uma grande corrente, para que esse homem magnífico, que ajudou a mudar o país, possa enfrentar com coragem e fibra esse momento – afirmou.

José Pimentel destaca respeito internacional



Waldemir Barreto/Senado Federal

José Pimentel (PT-CE) ressaltou a importância de decisões tomadas por Lula na Presidência da República, que levaram o

Brasil a conquistar "grande respeito internacional". O consumo interno foi fundamental para o país passar ao largo da crise econômica mundial de 2008.

– A liderança do presidente Lula naquele momento, associada à força do nosso consumo interno, foram fundamentais para que pudéssemos enfrentar aqueles dias de forma segura.

Benedito de Lira pede "corrente de fé" por Lula



Waldemir Barreto/Senado Federal

Garantindo falar em nome de todos os alagoanos, Benedito de Lira (PP-AL) classificou Lula como um "defensor dos

mais carentes da nação" e pediu aos brasileiros que façam "uma corrente da fé e da esperança" para que o ex-presidente se restabeleça rapidamente no tratamento contra o câncer.

– Lula fez um governo que surpreendeu aqueles que não conheciam a sua sensibilidade, mas que empolgou o mundo – disse o parlamentar.

Pelo PMDB, Raupp divulga nota de solidariedade



Morieiro Mariz/Senado Federal

O presidente nacional do PMDB, Valdir Raupp (RO), divulgou nota de solidariedade e votos de plena recuperação ao

ex-presidente Lula. Na nota, o senador afirma que "Lula é um ícone da nação brasileira e com certeza saberá vencer mais esse desafio de sua vida". Diz ainda que associa "aos brasileiros na corrente de orações pelo pronto restabelecimento do ex-presidente Lula, que tem muito a contribuir com o debate político nacional".

Walter Pinheiro exalta poder de luta de Lula

Walter Pinheiro (PT-BA) prestou sua solidariedade a Lula, elogiando seu governo (2003-2010) e, especialmente, o Programa Bolsa Família, "um dos programas mais ousados de distribuição de renda e combate à fome no mundo".

O senador acredita que Lula combaterá a doença com a mesma disposição já revelada na sua trajetória política. Com a mesma simplicidade, tenacidade e coragem, Lula "enfrentará mais uma batalha e continuará conosco firme e forte".

Jorge Viana aponta transparência

Jorge Viana (PT-AC) revelou que, ao saber da doença de Lula, ficou "chocado e ao mesmo tempo confiante".

Para o senador, Lula é um exemplo de sobrevivência e sempre teve compromisso com os direitos humanos e com a democracia. Jorge Viana também elogiou a transparência de Lula em relação à doença. Aníbal Diniz (PT-AC) chamou Lula de "predestinado" e Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que "Lula conseguiu fazer coisas que muitos não esperavam".

Aníbal Diniz destaca torcida de todo o país

Aníbal Diniz (PT-AC) também enviou seu apoio ao ex-presidente Lula.

– Todos os brasileiros de todas as regiões estão torcendo por sua recuperação – afirmou.

O senador espera que o tratamento contra o câncer seja bem-sucedido e em pouco tempo Lula possa voltar à vida política.

Paim: "Nação torce para que ele se saia bem"

Paulo Paim (PT-RS) enviou saudação especial ao ex-presidente Lula e disse ter certeza que ele vencerá a batalha contra o câncer.

– A nação e o Congresso torcem para que ele se saia bem e volte ao convívio de todos nós, fazendo política da forma que ele sabe fazer como ninguém – afirmou o senador.

Paim destacou ainda o período em que conviveu com o ex-presidente em Brasília, durante seu mandato de deputado federal constituinte.

Para Santiago, forte repercussão mostra importância de Lula



Waldemir Barreto/Senado Federal

Wilson Santiago (PMDB-PB) afirmou que a grande repercussão que a notícia da doença de Lula teve em todo o país

comprova a importância das realizações durante seus dois mandatos como presidente, sobretudo em prol da população mais pobre.

O senador manifestou a expectativa de que em breve o ex-presidente possa retomar suas atividades e voltar à convivência política, "contribuindo com sua experiência para o bem do país".

Povo dará força ao ex-presidente, afirma Gurgacz



Waldemir Barreto/Senado Federal

Acir Gurgacz (PDT-RO) também desejou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva obtenha sucesso no trata-

mento de um câncer na laringe, diagnosticado no último fim de semana.

– Que ele enfrente mais esse desafio, que passe por mais esse obstáculo, assim como fez durante toda a sua vida. O povo vai estar lhe dando força para enfrentar com coragem e sabedoria mais esse desafio – afirmou.

Rolleberg: Lula já venceu desafios mais difíceis



Waldemir Barreto/Senado Federal

A convicção manifestada ontem por Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) é de que "da mesma forma que venceu

outros desafios talvez ainda mais difíceis que este, Lula vai ultrapassar mais este obstáculo e continuar dando a sua contribuição tão importante para o Brasil".

Ao se solidarizar com o ex-presidente, o senador disse que "nunca tivemos um presidente tão ligado com questões do povo".

Blairo Maggi faz votos de rápida recuperação



Waldemir Barreto/Senado Federal

Blairo Maggi (PR-MT) fez breve pronunciamento para manifestar seu desejo de rápida recuperação para o ex-presidente Lula.

– Ele superará com tranquilidade esse momento e estará conosco num futuro muito próximo, recuperado, fazendo política, fazendo aquilo que ele mais gosta, fazendo a vida que é estar junto do seu povo – disse o senador.

Na opinião de Blairo, todo o país colhe os frutos dos oito anos de Lula na Presidência e até os adversários políticos reconhecem que ele fez um bom governo.

Lindbergh ressalta movimento "Força, Lula"



Waldemir Barreto/Senado Federal

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse ter ficado "com o coração apertado" ao saber do diagnóstico de Lula e apontou o "sentimento nacional" pela recuperação do ex-presidente. O senador ressaltou ainda movimento nas redes sociais a partir da frase "Força, Lula".

Lindbergh declarou que "não saberia fazer política" sem a figura de Lula, lembrando sua relação com ele desde a campanha presidencial de 1989.

– O presidente ainda tem grandes tarefas neste país – disse.

Projetos de lei aproximam FGTS do trabalhador

Além das 16 situações atuais de saque, Senado e Câmara analisam acesso aos recursos do fundo para custear faculdade ou tratar infertilidade, por exemplo

Marcio Maturana

O trabalhador brasileiro muitas vezes desconhece que pode sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não apenas nos tradicionais casos de demissão sem justa causa, aposentadoria ou compra da casa própria. A legislação atual prevê outras 13 situações, como necessidade pessoal decorrente de inundação ou quando um dependente é diagnosticado como portador do vírus HIV. Além disso, há vezes em que o saque é feito por determinação judicial (pagamento de pensão alimentícia, por exemplo).

E as permissões para saque podem aumentar ainda mais. O Congresso analisa projetos de lei para o FGTS ser usado para tratamento de infertilidade, aquisição de órteses e próteses, hepatite C viral e até quitação do IPTU, entre outras possibilidades.

No Senado, o Plenário pode a qualquer momento colocar em pauta o PLS 137/11, que propõe uso do FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades em instituições de ensino superior e técnico profissionalizante, além de pagamento de dívidas inscritas em cadastros de inadimplentes, como SPC e Serasa.

– Nada mais justo que o trabalhador utilizar um dinheiro que é seu para solucionar suas dificuldades financeiras mais prementes – argumenta o autor do projeto, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

A preocupação com o custeio da educação também está presente em outras propostas. Há um mês, o PLS 157/11, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), foi rejeitado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) porque outro projeto com o mesmo teor (PLS 287/03) já foi aprovado no Senado e tramita na Câmara dos Deputados. Já o PLS 35/11, de Epitácio Cafeteira



Marcos Vargueiro

Os recursos do FGTS são aplicados em habitação popular, infraestrutura urbana e saneamento ambiental

(PTB-MA), prevê saque do FGTS para pagamento de cursos profissionalizantes, de capacitação ou de especialização.

Outras situações também inspiram projetos. Reformas em imóveis próprios para adaptação a moradores com deficiência é a hipótese do PLS 174/10, que tramita na CAS.

– Isso beneficiará, entre outras pessoas, aquelas mais humildes, que poderão instalar em suas residências portas maiores, banheiros maiores com adaptações, rampas, elevadores, quartos com barras de sustentação – disse Jayme Campos (DEM-MS), autor do projeto e presidente da CAS. O PLS 298/08, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), propõe saque para casais que precisem de tratamento da infertilidade. Neste caso, o dinheiro seria liberado para ambos ou para qualquer um dos cônjuges, mediante comprovação dos gastos e atestado médico.

Na Câmara, há projetos para situações como quitação de IPTU e taxas municipais, tratamento de hepatite C viral, exercício em cargo público após aprovação em concurso e pedido de demissão por motivo de mudança após cinco anos de trabalho ininterrupto.

Quando se pode recorrer ao fundo

Pela legislação atual, o FGTS pode ser sacado nas seguintes situações

- ▶ Na **demissão sem justa causa**
- ▶ No **término do contrato** por prazo determinado
- ▶ Na rescisão do contrato por **extinção total da empresa**; supressão de parte de suas atividades; fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências; falecimento do empregador individual ou decretação de nulidade do contrato de trabalho – inciso II do artigo 37 da Constituição federal, quando mantido o direito ao salário
- ▶ Na **rescisão do contrato por culpa recíproca ou força maior**
- ▶ Na **aposentadoria**
- ▶ No caso de necessidade pessoal, urgente e grave, decorrente de **desastre natural** causado por chuvas ou inundações que tenham atingido a área de residência do trabalhador, quando a situação de emergência ou o estado de calamidade pública for assim reconhecido, por meio de portaria do governo federal
- ▶ Na **suspensão do trabalho avulso** por período igual ou superior a 90 dias
- ▶ No **falecimento** do trabalhador
- ▶ Quando o titular da conta vinculada tiver **idade igual ou superior a 70 anos**
- ▶ Quando o trabalhador ou seu dependente for portador do **vírus HIV**
- ▶ Quando o trabalhador ou seu dependente estiver acometido de neoplasia maligna – **câncer**
- ▶ Quando o trabalhador ou seu dependente estiver em estágio terminal, em razão de **doença grave**
- ▶ Quando a conta permanecer **sem depósito por três anos ininterruptos** cujo afastamento tenha ocorrido até 13/7/1990, inclusive
- ▶ Quando o trabalhador permanecer por **três anos ininterruptos fora do regime do FGTS** a partir de 14/7/1990
- ▶ Na amortização, liquidação de saldo devedor e pagamento de parte das prestações adquiridas em **sistemas imobiliários de consórcio**
- ▶ Para aquisição de **moradia própria**, liquidação ou amortização de dívida ou pagamento de parte das prestações de financiamento habitacional

Fonte: Caixa Econômica Federal

Números do sistema em 2010

- ▶ R\$ **260,3 bi** formaram o **total ativo** do FGTS
- ▶ R\$ **82,7 bi** foram **liberados** para financiamentos, saques e investimentos
- ▶ R\$ **49,9 bi** foram **pagos** aos trabalhadores (31.132.815 saques efetuados)
- ▶ R\$ **55,9 mi** foram sacados para amortização/liquidação de saldo devedor de **consórcio habitacional**
- ▶ R\$ **61,8 bi** foram **arrecadados** durante o ano
- ▶ R\$ **5,4 bi** foi o **resultado financeiro** no fim do ano
- ▶ R\$ **35,9 bi** era o **patrimônio líquido** em 31 de dezembro
- ▶ **89,1 mi** de **trabalhadores** com contas do FGTS ativas

MOTIVO DO SAQUE	QUANTIDADE	R\$ MIL	%
Demissão sem justa causa	17.543.826	30.861.300	61,86
Aposentadoria	4.180.475	6.707.800	13,45
Moradia	991.320	6.962.049	13,95
Inatividade da conta	934.449	801.786	1,61
Câncer, HIV ou doença em fase terminal	209.099	407.455	0,82
Demais modalidades	7.273.646	4.149.920	8,32

Fonte: Relatório Ações e Resultados 2010 (Caixa Econômica Federal) e Demonstrações Contábeis do FGTS 2010

Saiba mais

Manual do FGTS – utilização na moradia própria
<http://bit.ly/manualFGTS>

Consulta ao saldo pessoal
<http://bit.ly/consultasaldo>

Documentação para saque
<http://bit.ly/docsparasaque>

Livro Fazendo Justiça: a história do FGTS
<http://bit.ly/historiaFGTS>



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM
WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL

Críticos apontam fragilização da garantia para emergências

A ampliação das possibilidades de saque é vista com cautela por algumas pessoas. O projeto de Aloysio Nunes para destinação a educação ou dívidas, por exemplo, foi rejeitado na CAS devido a voto em separado de Humberto Costa (PT-PE) e só seguiu para Plenário em razão de recurso do autor.

– Sobrecarregar o FGTS pode levar a repercussão danosa e talvez irremediável no equilíbrio econômico-financeiro do fundo – alegou Humberto Costa, acrescentando que a ampliação de saques pode comprometer a garantia ao trabalhador nos casos de desemprego ou aposentadoria. Aloysio, porém, replica que há lastro suficiente e lembra que o ativo líquido do fundo é até aplicado em bolsas de valores.

O professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB) Carlos Alberto Ramos, especialista em Economia do Trabalho e Microeconomia, concorda que a permissão de saque para pagamento de dívidas pode ser alvo de críticas que a classifiquem como um incentivo à inadimplência. Ele afirma que não é essa a ideia original e aponta uma duplicidade:

– O Brasil é o único país do mundo com dois sistemas de socorro ao trabalhador demitido: além do FGTS, que é financiado por essa poupança forçada, existe o próprio seguro-desemprego, que é financiado pelo sistema PIS-Pasep. Curiosamente, os dois sistemas não se comunicam. Isso é ilógico e ineficiente – adverte o professor.

Recursos estimulam habitação, saneamento e infraestrutura

O FGTS existe há 45 anos e é administrado por um conselho curador composto por 12 representantes do governo federal, seis dos trabalhadores e seis dos empregadores. O presidente é o ministro do Trabalho, que fiscaliza as contribuições, e o vice-presidente é o ministro das Cidades, que faz a gestão das aplicações em habitação popular, saneamento ambiental e infraestrutura urbana. O agente operador é a Caixa Econômica Federal.

Em 2010, as contratações com recursos do FGTS para obras de infraestrutura, financiamentos habitacionais e saneamento ambiental em todas as regiões do Brasil somaram cerca de R\$ 35,9 bilhões.

Programas de habitação popular beneficiaram 3,8 milhões

de pessoas, com financiamento de R\$ 27,7 bilhões. O FGTS é a principal fonte de recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal.

Na infraestrutura urbana, foram 39 contratações que beneficiaram 33,6 milhões de pessoas, num total investido de R\$ 4,9 bilhões. As obras de saneamento favoreceram 15,4 milhões de pessoas, num investimento de R\$ 3,2 bilhões.

Também foram concedidos cerca de R\$ 5 bilhões em descontos aos programas Carta de Crédito e Apoio à Produção, financiando mais de 352 mil unidades. O fundo de investimento do FGTS aplica nos setores energético, portuário, ferroviário e de saneamento. Em 2010, foram R\$ 4,9 bilhões para obras nesses setores.